



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE -
REITORIA

RESPOSTA A IMPUGNAÇÃO
PREGÃO 43/2021
PROCESSO Nº 23290.001114/2021-97

Pedido de impugnação de edital, interposto pela empresa AR RP CERTIFICAÇÃO DIGITAL EIRELI, CNPJ 21.308.480/0001-22 ao Pregão SRP 43/2021, cujo objeto é a contratação de empresa especializada em emissão de certificados digitais ICP Brasil.

Do Recebimento do Pedido de Impugnação de edital

O Dec. 10.024/2019 que regulamenta o Pregão Eletrônico no âmbito do Governo Federal atesta que:

“Art. 24. Qualquer pessoa poderá impugnar os termos do edital do pregão, por meio eletrônico, na forma prevista no edital, até três dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.”

Levando em consideração as regras de contagem de prazo para a Administração Pública, exigida pela Lei 9.784/1999 em seu art. 66 e a data de recebimento do pedido de impugnação em estudo, não restam dúvidas quanto à tempestividade do mesmo, fato pelo qual **SE RECEBE** o requesto de impugnação.

Das Alegações

A empresa AR RP CERTIFICAÇÃO DIGITAL EIRELI em resumo alega que:

“...os procedimentos aquisitivos públicos deverão observar não somente o menor preço mas como também o melhor atendimento dos seus interesses, assim, ante aos valores estimados há impossibilidade de atendimento o que deforma a relação jurídica primordial à existência do certame, motivo o qual impugna-se os preços ali demandado.”

“Outro ponto que guarda completa necessidade de assento, recai-se ao fato da falta de possibilidade de emissões de forma online ao fato, o que acarretará em aumento de valores para a sua contemplação, desencontrando-se com o princípio da proposta mais vantajosa a Administração”.

“... imprescindível é a demonstração claro do objeto e possível de atendimento, juntamente as suas especificações suficientes a compreensão do licitante daquilo que se



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE -
REITORIA

pretende contratar, por isto guarda necessidade de esclarecer o presente feito.”

“... uma vez sendo a obrigatoriedade do titular o cuidado/guarda de suas senhas, não poderá a Contratada intervir na solução de problemas relacionado as mesmas quando do seu bloqueio por esquecimento, pois vincula-se tão somente em obrigatoriedade do titular, isto é, em regra não estaria apresentando defeitos/vícios no produto.”

Da apreciação do mérito

Com relação ao primeiro questionamento (preço inexequível) informo que a pesquisa de preços foi refeita levando em consideração desta vez preços praticados pela Administração Pública nos últimos 3 meses e cotação direta com fornecedores. Para os demais questionamentos houve a necessidade de encaminhar ao setor requisitante, Diretoria de Tecnologia da Informação para que analisasse a referida impugnação. Tendo recebido como resposta:

“2) Emissão Online

Neste caso, é pertinente. Portanto, seguem abaixo, as informações que deverão ser incluídas nos instrumentos licitatórios deste objeto, mais especificamente, no ANEXO II do Termo de Referência.

O certificado digital ICP Brasil poderá ser emitido por videoconferência, desde que atendidos os requisitos exigidos pela Instrução Normativa Nº 005/2021, principalmente, os de segurança.

Na modalidade remota por videoconferência, a coleta de dados biométricos deverá ser realizada pela captura de face do requerente durante a videoconferência de forma assistida e, opcionalmente, pela coleta das impressões digitais do requerente de forma não assistida e assíncrona – que não ocorre ou não se efetiva ao mesmo tempo à videoconferência – para execução do batimento biométrico junto a uma base oficial nacional (TSE ou Denatran) ou PSBio.

Neste caso, o servidor deverá ter suporte da empresa contratada, que deverá disponibilizar material claro e em língua vernácula (manuais; ou passo a passo; ou guias; ou vídeos) do correto procedimento de aquisição por videoconferência.

Neste caso, a empresa contratada deverá enviar pelos CORREIOS, a mídia criptográfica (token), sem ônus ao servidor e ao IFS, com prazo de entrega, de até, no máximo, 10 (dez) dias úteis.

3) Da Clareza do Objeto

Neste caso, não é pertinente, uma vez que a descrição do objeto se encontra de forma clara e sucinta na parte “descrição da solução de TIC”, conforme prevê IN de TIC e conforme imagem a seguir:



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE -
REITORIA

2 – DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC

2.1 Bens e serviços que compõem a solução

Grupo	Item	Descrição	CATSER	Quantidade
1	1	Emissão de certificado digital do tipo A3, padrão ICP-Brasil, e-CPF, COM FORNECIMENTO DE TOKEN CRIPTOGRÁFICO para armazenamento do Certificado, com validade mínima de 3 anos. (Campi do IFS)	27189	206
	2	Emissão de certificado digital do tipo A3, padrão ICP-Brasil, e-CNPJ, COM FORNECIMENTO DE TOKEN CRIPTOGRÁFICO para armazenamento do Certificado, com validade mínima de 3 anos. (Campi do IFS)	27197	13
	3	Emissão de certificado digital do tipo A3, padrão ICP-Brasil, e-CPF, COM FORNECIMENTO DE TOKEN CRIPTOGRÁFICO para armazenamento do Certificado, com validade mínima de 3 anos. (Hospital Universitário Grande Dourados)	27189	40

É importante frisar que o detalhamento técnico (os requisitos técnicos dos objetos) se encontra no ANEXO II do Termo de Referência (TR), visando uma percepção clara e efetiva do objeto por todos os participantes deste processo licitatório.

4) Da Senha do Token

Neste caso, parcialmente pertinente. Antes da correção parcial, é importante frisar que o item citado pela empresa impugnante é vinculado ao Termo de Referência e não ao Edital, conforme mencionado na impugnação.

No mais, solicitamos correção do item 7.3.5 do Termo de Referência onde deverá constar o seguinte texto:

‘Os usuários deverão zelar pela guarda e manuseio das senhas criptográficas que serão criadas e disponibilizadas no atendimento, porém nos casos de bloqueios ou problemas de acesso aos sistemas via certificado, os usuários deverão ter suporte da empresa contratada, durante vigência do certificado digital’.”

Assim, como houve a concordância, em parte, com o impugnante o edital será devidamente ajustado e tão logo isso ocorra será definida nova data do pregão 43/2021.

Da decisão

Ante o exposto, e tendo por fulcro o art. 17, II do Decreto 10.024/2019, entende esta pregoeira e sua equipe de apoio pelo **DEFERIMENTO**, sendo o edital retificado e republicado em seguida.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SERGIPE -
REITORIA

Em 13 de janeiro de 2022.

Publique-se esta decisão;

Lorena de Souza Silva Medeiros
Pregoeira